

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no *Correio Popular*, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

41. A PROPÓSITO DE SANTA CECÍLIA

O calendário católico assinala hoje a comemoração de Santa Cecília, virtuosa cristã do século IV, esposa de um nobre romano e que teria sido martirizada numa das muitas perseguições de que o Cristianismo foi alvo naquele século. A crítica histórica tem sido muito rigorosa com relação àquela que se tornou a padroeira da Música, escarpando o pouco que dela se sabe e pondo em dúvida os hagiógrafos em que sua crônica vem narrada, negando-lhe inclusive a auréola do martírio e não descobrindo em sua vida traço algum que assinale qualquer espécie de vinculação com a música. A legenda que lhe atribuiu dotes musicais teria resultado de uma tradução errônea de texto do século VI, o único que se refere à simpática santa.

Todavia, em que pese a todo o processo revisionista da Igreja com relação a algumas figuras do hagiológico, sua devoção continua viva nos poucos lugares onde ela foi consagrada. Não são muitas, de fato, as igrejas que lhe foram dedicadas, sobrelevando a todas a de São Paulo, que se tornou paróquia em fins do século passado e serviu para denominar um importante bairro da capital paulista. Bairro que já teve seus momentos gloriosos, como dos mais aristocráticos da cidade, justificando a criação de um dos mais suntuosos templos paulistanos. A este templo está intimamente vinculado o nome de D. Duarte Leopoldo e Silva, o grande arcebispo de São Paulo, a cujo empenho se deve a construção do templo no mesmo local da primitiva capela, erigida em 1861. D. Duarte, antes da sagração episcopal, foi o primeiro vigário da nova paróquia, criada em 1895, nela permanecendo por seis anos. O templo, sabem-no todos os que o conhecem, é ricamente decorado com verdadeiras obras-mestras da pintura brasileira, de Benedito Calixto e Oscar Pereira da Silva.

Em *Igrejas de São Paulo*, de Leonardo Arroyo, leio: “A Igreja de Santa Cecília é um dos templos mais procurados em São Paulo para a realização de casamentos. Essa preferência se explica pela tradição, pois o bairro, em tempos não muito antigos, foi tipicamente residencial, aí

se batizando, crismando e casando grandes nomes paulistanos. Os atos religiosos, na mesma igreja, conservaram-se de pais para filhos, de muito comuns os casos em que a mesma pessoa é batizada, crismada e casada na Igreja de Santa Cecília. Daí a preferência dos jovens casadoiros pelo templo acolhedor de D. Duarte Leopoldo, cuja memória é lembrada numa estátua que existe defronte à Igreja”. Embora o escritor se refira a “tempos não muito antigos”, sua frase perdeu a valia para os nossos dias, pois o aristocrático bairro passou pelo processo de deterioração de áreas urbanas que inevitavelmente ocorre a partir de certas conjunturas muito difíceis de evitar. E desse processo ressentiu-se também o suntuoso templo, bloqueado, ainda, pelas obras do Metrô. A esperança é que, com o término das obras, e reurbanização do local, talvez até o ajardinamento do largo onde se localizará uma das estações do subterrâneo, volte o local a ser melhor freqüentado, sem os riscos de assalto que hoje atemorizam os transeuntes. (22/11/1980.)

*

42. SANTA CECÍLIA E A MÚSICA

O reconhecimento de Santa Cecília como padroeira da música remonta provavelmente ao fim da Idade Média, mas é somente a partir do Renascimento que ele se torna mais concreto. Data, com efeito, de 1502 a primeira sociedade musical colocada sob o patrocínio de seu nome, em Lovaina, na Bélgica. E data de 1570 o mais antigo festival de música que se conhece, realizado em Evreux, na Normandia, igualmente sob os auspícios da nobre santa. Mais tarde, no Barroco e no Classicismo, seu patronato se firma de maneira definitiva e nunca mais cessou, em que pese a todas as investidas da crítica moderna, não só contra Santa Cecília, mas especialmente contra a sua vinculação com a música e o canto. Seu nome tem sido utilizado para batizar um sem-número de entidades ligadas à música: orquestras, academias, conservatórios, firmas gravadoras, marca de disco e até estabelecimentos comerciais dedicados à venda de artigos musicais. É famosa, em Roma, a Academia Santa Cecília, como se tornou conhecida em nosso País a Academia Santa Cecília de Discos, do Rio de Janeiro, que, durante muitos anos, dedicou-se à divulgação da boa música em discos enviados mediante assinatura a milhares de interessados em todo o Brasil. Chegou a editar quase duzentos discos. Estranhando que, nesta altura do ano, não houvesse recebido nenhum disco dessa entidade, escrevi indagando e lamentavelmente recebi resposta informando que, devido ao falecimento do Padre José Hein, fundador da instituição, foram inter-

rompidos os novos lançamentos, passando a Academia apenas a distribuir os discos já existentes. Que pena que em nosso País empreendimentos dessa natureza não tenham prosseguimento !

Voltando à padroeira da música: daria um excelente estudo o que se propusesse a examinar as grandes obras musicais que lhe foram consagradas. Citaria, de início, três grandes missas, das maiores nesta forma de composição: as de Alessandro Scarlatti, de Josef Haydn e a de Gounod, desta última conhecendo-se duas versões: uma com acompanhamento apenas de órgão e outra com acompanhamento orquestral. Os compositores ingleses do século XVII — Clarke, Blow e Purcell — escreveram diversas “Odes para o dia de Santa Cecília”, muitas delas sob texto de Dryden, dois deles também musicados pelo protestante Handel. O francês Charpentier, do século XVII, deixou-nos belíssima obra coral, “Caecilia virgo et martyr”; Liszt brindou-nos com um grande oratório sobre a “Legenda de Santa Cecília”, considerada das melhores obras do grande mestre; igualmente considerado é o “Hino a Santa Cecília”, do compositor alemão Ludwig Spohr, muito renomado em seu tempo, mas praticamente esquecido hoje; também na produção do inglês Benjamin Britten, há pouco falecido, há um “Hino a Santa Cecília”. E por aí afora, que uma respiga num bom dicionário de história da música nos revelaria inúmeras outras obras.

Nem tudo o que foi arrolado mereceu as honras da gravação. Em discos, podemos encontrar as três missas mencionadas, as duas odes de Handel e o hino de Britten, mas todos eles em gravações não disponíveis no Brasil (com exceção da missa de Gounod) e, ainda assim, em discos na maior parte já retirados de catálogo, difíceis de encontrar nos próprios países de origem.

É uma pena que a Academia Santa Cecília de Discos interrompesse seu programa, pois embora ela não houvesse lançado nenhuma das obras dedicadas à sua padroeira, prestou assinalado serviço à divulgação da boa música, não apenas religiosa, mas igualmente secular. Espera-se que a simpática entidade da Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, volte ao trabalho que em boa hora encetou e em má hora interrompeu. Creio que é o voto de todos os interessados em boa música neste nosso País. (28/11/1980.)

43. SOBRE A “IMITAÇÃO DE CRISTO”

Descobri um pouco tarde a **Imitação de Cristo**. Minha formação espiritual na adolescência foi alimentada por outras leituras igualmente significativas, das quais um dia ainda cuidarei, só vindo a conhecer o

grande livro de Tomás de Kempis quando já andava pelos vinte e poucos anos. Por isto mesmo, a edição que dele possuo não é muito antiga. Data de meio século e foi comprada em Petrópolis, cidade que na ocasião eu visitava com freqüência, graças a parentes que ali residiam. Trata-se de uma tradução de Frei Tomás de Borgmeier, ilustre franciscano ligado à grande editora católica (“Vozes”) que naquela cidade tem sede. Tradução, segundo informa a página de rosto, confrontada com o manuscrito autógrafo de 1441, editado pela primeira vez em 1919 pelo Padre A. Fleury, na famosa casa editora de Mâme & Filhos, de Tours, França. A edição que tenho já é a quinta, datando a primeira de Petrópolis, 24 de julho de 1920, “na festa de São Francisco Solano”.

Há quase meio século, portanto, o pequeno volume me acompanha, dele lendo diariamente, antes de começar qualquer atividade, uma das seções em que se divide o livro. Da **Imitação** provavelmente já se disse tudo o que poderia ser dito, como mui acertadamente afirmou o Conde Afonso Celso ao iniciar sua maviosa tradução. Seis séculos porfiaram em tecer-lhe elogios, mostrar-lhe as sublimidades, encarecer-lhe o subido valor, denominando-o uns o quinto Evangelho, chamando-lhe outros o melhor tratado de moral cristã, considerando-o todos o mais perfeito compêndio da vida espiritual ou, mesmo, o maior livro depois da Bíblia. Nenhum outro livro, diz o tradutor da edição petropolitana, “excede a linguagem persuasiva e na violência com que arrasta os corações, e milhares de almas já sentiram os maravilhosos efeitos de sua leitura”.

Durante muito tempo correu dúvida quanto à autoria deste grande livro. Todavia, o Padre Fleury, responsável pela mais autorizada edição que dele até agora se fez, procura dirimir as dúvidas, invocando em favor de Tomás de Kempis numerosos códices manuscritos que se conservam do livro, bem como todas as edições impressas antes de 1500 e, ainda, os depoimentos de diversos contemporâneos do autor, que, sabe-se hoje, nasceu no pequeno povoado de Kempen (donde o seu nome) na diocese de Colônia, em 1380. Tomando o hábito dos regulares de Santo Agostinho, ordenou-se em 1412. Ocupou durante toda a sua longa vida o cargo de Mestre dos Noviços, vindo a falecer em 1471, na avançada idade de 91 anos. Além da **Imitação de Cristo** (*De Imitatione Christi Libri quatuor*), constituída, como o título original o diz, de quatro livros, deixou diversas outras obras ascéticas, entre as quais **Soliloquium animae**, **Orationes et Meditationes Vita Christi**, não traduzidas em português, ao que saiba. Em compensação, contam-se às centenas as edições da **Imitação**, publicadas por numerosas editoras não só religiosas, mas também leigas, através de pelo menos meia dúzia de traduções, todas elas cre-

denciadas. A da editora de Petrópolis, que costumo utilizar, dispensa os comentários de Roquette que, a partir de certa época (não saberia dizer quando) passaram a ilustrar e complementar o grande livro, segundo o autor o diz, mas que, a meu ver, nada acrescenta, espiritualmente falando, ao texto original. (9/1/1981.)

*

44. LEMBRANÇA DE UM “VELHO” MESTRE

O “velho” aqui empregado no título está propositadamente entre aspas, pois não é no sentido cronológico que o aplico, mas num misto de ternura, de camaradagem e, sobretudo, de reconhecimento pela sua extraordinária vivência com as coisas do Ensino. Doutra forma não me poderia referir a Orestes Rosolia, o grande educador falecido nos primeiros dias do corrente ano, deixando admirável folha de serviços à causa que abraçou. Mal havia completado 75 anos, pois nascera em setembro de 1905, filho de italianos imigrados para São Paulo nos últimos anos do Império. Professor por concurso de História da tradicional Escola Normal da Praça da República (batizada merecidamente de Caetano de Campos, em homenagem ao grande reformador da instrução pública em São Paulo nos primeiros tempos do regime republicano), foi diretor da mesma instituição e lecionou também em outros importantes estabelecimentos de ensino da Capital paulista, notadamente no Colégio Dante Alighieri, ao qual foi sempre muito vinculado. Onde o conheci, ali trabalhando juntos por alguns anos.

Nosso convívio não foi muito freqüente, mas o suficiente para o ter apreciado em todos os aspectos, como homem, como cidadão, como artista, como professor. Dele guardo excelentes recordações, pois, era dos melhores “papos” que na ocasião havia no grande colégio. As contingências da vida fizeram-nos perder de vista, mas continuei acompanhando com simpatia e interesse seu trabalho, diretamente ou por informações de um seu filho, que veio a ser meu aluno no Curso de História da Universidade de São Paulo.

Dado às pesquisas históricas, escrevia não com muita freqüência em jornais e revistas da Capital, mas dando boa mostra de sua capacidade como escritor e como estudioso da matéria que escolheu. Se a memória não me falha, a própria Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo abriga um trabalho de sua lavra. Mas foi sobretudo no romance histórico que se realizou: **Marília, a noiva da Inconfidência**, que

alcançou várias edições, publicado pela primeira vez em 1933, e **A garimpeira do Rio Manso**, que data de 1936. O primeiro alcançou larga difusão, pois foi incluído na saudosa Coleção Saraiva (da editora deste nome), distribuída pelo sistema de assinatura em todo o país. Coleção na qual os temas históricos aparecem com frequência é sobre a qual ainda pretendo escrever.

Em 1965, quando a Humanidade comemorou o sétimo centenário de Dante Alighieri, o grande colégio paulistano que o tem por patrono, publicou excelente volume sobre o poeta florentino e dele um dos organizadores foi Orestes Rosolia. Trabalho de divulgação, dedicado aos alunos do Colégio, para que conhecessem o que foi a vida, a obra e, sobretudo, o pensamento daquele gênio, honra e glória não só da Itália, mas de toda a Humanidade. E nas páginas de apresentação do volume, dedicando-o aos jovens estudantes, escrevia-se significativamente; “E você, jovem, que se encontra ainda em pleno processo de caldeamento de valores e de idéias, poderá, talvez, completar o seu acervo cultural e espiritual, compreendendo o mundo interior de Dante, que ainda é o nosso atualíssimo mundo”.

E foi para ajudar os jovens a “completar seu acervo cultural e espiritual” que o saudoso Rosolia consagrou-se de corpo e alma. Aqui, pois, uma palavrinha de saudade ao “velho” amigo e companheiro. (16/1/1981.)

*

45. UMA SAGA PAULISTANA

Pretendendo um romance a que aliasse experiência de jornalista e técnica de escritor e que retratasse a vida de imprensa numa época difícil e significativa da história de São Paulo — certamente um romance “à clef”, onde os personagens deixam entender claramente suas funções reais e não simplesmente as que brotassem da imaginação do autor — Barros Ferreira, meu nobre e preclaro confrade da Academia Paulista de Jornalismo, acabou fazendo muito mais, mais até do que um “expressivo relato da grande transformação por que passou São Paulo na década de 30”, quando “tudo aconteceu com a violência rodopiante de um vendaval”. E desta imagem literária tirou o autor o título de seu livro, que, sem perder as qualidades do romance, redundou numa verdadeira saga da vida paulistana no momento da grande transformação. Nele há, antes de tudo, vivência do autor e apreensão de fatos aparentemente insignificantes, mas na realidade fundamentais para a compreensão do processo histórico.

Pensando neste caráter do livro, quis assinalar nele as passagens que poderiam merecer um comentário mais aprofundado. E acabei grifando quase o livro todo ! Mais ainda: quis assinalar os tópicos que me pareceram dignos de apreciação e de interpretação nas minhas aulas de História, e encontrei pelo menos meia dúzia que poderão, sem dúvida, figurar na seção “Sugestões para Seminários” da **Notícia Bibliográfica e Histórica**. E vou pedir permissão ao autor para o fazer, tão claros e objetivos me pareceram e, portanto, merecedores de análise e de crítica para que se tire deles as idéias principais sabiamente misturadas à ficção, não ocultas pelo “manto diáfano da fantasia”, como queria o Eça, mas encerradas no próprio contexto em que se coloca o autor, que não cuida apenas de romancear, mas em interpretar grandioso painel da vida e da história de nossa terra, que Barros Ferreira revela conhecer como poucos.

Não creio necessário citar muitos exemplos destas evocações contidas no livro. Alguns bastarão: a integração dos imigrantes à vida paulista, as condições do trabalho no Brasil, a página sobre a “sublimidade de um sistema corrupto”, a mentalidade dos novos-ricos paulistas, a evocação das “cidades mortas” (da bonita imagem de Monteiro Lobato), o caráter da nobreza cafeeira do Vale do Paraíba, especialmente de Pindamonhangaba, a crise de 1929, os tenentes que surgiram com a Revolução de 30 e outras mais. Tudo isso aparece como “pano de fundo” para a necessária ambientação histórica onde as figuras (reais ou imaginárias) evocadas pelo autor vão percorrer um roteiro, obstruído muitas vezes por circunstâncias imprevistas ou inesperadas, mas que, afinal, o romancista consegue cumprir para alcançar a meta principal de suas preocupações que parece ser a de tornar compreensível o grande painel de nossa história, em momento tão significativo.

Escrevendo, há pouco, sobre a Revolução de 1930, dizia que ela deve ser considerada, na marcha do processo revolucionário que se iniciou após a Primeira Grande Guerra e não terminou ainda, como uma estação, não uma modesta estação onde o trem simplesmente trocasse de “staff”, mas onde ele deveria parar a fim de meditar sobre qual das linhas deveria seguir. Não sei se seguiu pela linha certa. Mas se eu tivesse que batizar a estação correspondente a 1930, eu a chamaria simplesmente **Vendaval**. (6/2/1981.)

*

46. EVOCANDO O VELHO GURGEL

Não visam estes rabiscos senão a uma homenagem tardia a um querido amigo, de cujo falecimento infelizmente só vim a saber quando o próprio funeral já havia sido realizado. Refiro-me a João Gurgel Júnior, excelente companheiro do Clube dos 21 Irmãos-Amigos, figura

obrigatória em todas as promoções culturais da cidade, como pertinememente observou esta folha no registro de sua morte, “cativando a todos com a sua inteligência, seu espírito alegre e sua extrema sensibilidade poética”. E acrescentava o registro que fora, em vida, amigo pessoal de notáveis homens de letras, com os quais conviveu durante muitos anos ao tempo em que residiu no Rio de Janeiro, tendo colaborado em vários jornais e revistas da antiga Capital Federal.

Nosso relacionamento praticamente se restringia ao Clube, a algumas vezes em que comparecia à Academia Campinense e a encontros ocasionais na rua, quando sempre tínhamos sobre o que conversar. O velho Gurgel honrava-me com a leitura não só da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, mas também destes meus rabiscos semanais e era quase sempre sobre os temas que neles versava que decorriam nossas animadas conversas.

Todavia, embora de relacionamento relativamente recente, nossos caminhos já se haviam cruzado em outras ocasiões, pois ao que tudo indica residimos em Juiz de Fora mais ou menos na mesma ocasião. O jornal em que publiquei minhas primeiras linhas, ainda ao tempo de ginásiano, era o mesmo em que Gurgel, já homem feito, trabalhava. O saudoso Heitor Guimarães, seu grande amigo, foi meu primeiro mestre de jornalismo. Frequentamos, parece, o mesmo círculo de estudos sociais e políticos (novidade para a época) que às quintas-feiras se reunia numa das salas da Galeria Pio X, então recém-inaugurada, na bela cidade das margens do Paraibuna. Tivemos ali numerosos amigos comuns, e sobre tudo isso gostávamos de conversar, num verdadeiro programa da saudade, quando nos encontrávamos. Gurgel retirou-se para o Rio de Janeiro, enquanto eu fiquei ainda creio que mais um ou dois anos em Juiz de Fora, para depois encetar também longa caminhada por estes Brasis.

Dotado de excepcional memória, dizia que sabia de cor todos os poemas que escrevera. E gostava de dizê-los nas reuniões que frequentava. Quando, às vezes, por simples distração, o presidente do Clube esquecia-se de lhe dar a palavra, parecia que o velho Gurgel sentia-se como que frustrado... Mas isto raramente ocorria, pois quem poderia esquecê-lo ? E assim, Gurgel quase sempre encerrava as reuniões declamando, com entusiasmo contagiante, seus poemas, todos eles de extrema sensibilidade.

Guardo do velho Gurgel excelentes recordações, além de nosso convívio: seu livro **Sol e Sombra**, com carinhosa dedicatória, algumas fotografias tiradas em reuniões a que comparecemos e nas quais figuramos juntos e, maior que todas, uma quadrinha gozadora, pois foi sempre muito brincalhão: “Professor onisciente / Pois tudo sabe e comenta./ A gente é que nunca sabe / Se quando não sabe, inventa”.

Aqui fica, pois, embora tardiamente, a homenagem que não pude prestar na ocasião, ao bom amigo e companheiro. (13/2/1981.)

*

47. PERDA PARA O FOLCLORE NACIONAL

Foi com o título supra que importante órgão da imprensa paulistana noticiou o falecimento de Renato Almeida, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 25 de janeiro do corrente ano. Era baiano, nascido aos 6 de dezembro de 1895, mas fez toda a sua carreira na antiga Capital da República, para onde foi na época dos estudos superiores. Graduou-se em Direito e estreou nas letras, aos 21 anos, com um volume de crônicas intitulado **Em Relevo**. Militou na imprensa ao lado de Ronald de Carvalho, pertenceu à geração modernista da qual se diz que literariamente descobriu o Brasil, e revelou sempre nos seus escritos preferência pelos temas brasileiros, caminho que o levou naturalmente ao folclore, à música, às artes em geral. Foi durante a maior parte de sua vida funcionário do Itamarati, chefiando o Serviço de Documentação do nosso Ministério das Relações Exteriores, pelo qual publicou alguns dos seus melhores ensaios, dentre os quais **Euclides da Cunha e o Itamarati**.

A notícia do jornal paulistano acrescentava que, com sua morte, “perdem os estudos de folclore no Brasil uma de suas figuras mais representativas”. De fato, nos últimos anos era ao folclore que consagrava a maior parte de suas atividades, criando, com Edison Carneiro, a Comissão Nacional de Folclore, mais tarde Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e hoje Instituto Nacional do Folclore. Fundou e dirigiu a “Revista Brasileira de Folclore”, projetando-a internacionalmente. Mas a notícia deixou de registrar, a não ser de passagem, o trabalho de Renato Almeida no campo da música, outra de suas predileções. Devemos-lhe, sem dúvida, a melhor **História da Música Brasileira** que já se escreveu. Publicada pela primeira vez em 1932, foi consideravelmente aumentada para uma nova edição dez anos mais tarde. E, infelizmente, ficou nessa segunda edição, hoje bastante rara, altamente prezada pelos estudiosos e que continua sem similar em nossa bibliografia.

Longe de um simples repositório de nomes, como soem ser os livros que no gênero costumam aparecer (abra-se, exceção também para os **150 Anos de Música no Brasil**, de Luís Heitor, outra obra inteiramente esgotada, sem ter feito jus sequer a uma reedição), o livro de Renato Almeida, publicado na sua última edição pela antiga Livraria

Briguiet, do Rio de Janeiro, apresenta-nos realmente o sentido de evolução de nossa música, estudando-lhe as fontes, o caráter, as tendências. Assim, toda uma primeira parte, constituída dos seis primeiros capítulos, é consagrada às influências e aos elementos populares que surgem e, sob certos aspectos, marcam acentuadamente nossas tendências musicais: a contribuição dos índios, dos negros (através de seus cantos religiosos e fetichistas), das danças dramáticas e dos bailados populares. E após esse embasamento, desenvolve-se toda a segunda parte, com mais dez capítulos, apresentando-nos a história da música propriamente dita, desde os tempos coloniais (com transcrição dos poucos exemplos que nos ficaram), até os contemporâneos (com relação à época em que refez o livro), salientando, sobretudo, as tendências nacionalistas da música brasileira neste século.

Vêem então, os leitores, que não apenas o folclore, mas também a música sofreu imensa perda com a morte do escritor que, lembre-se para encerrar, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Música, na qual escolheu para patrono Mário de Andrade, mostrando assim sua fidelidade às raízes autóctones do movimento modernista. (13/3/1981.)

48. O CRIADOR DO MAPA MUSICAL DO BRASIL

Foi com a expressão acima que um jornal de Porto Alegre referiu-se ao falecimento de Marcus Pereira, ocorrido em São Paulo, a 20 de fevereiro do corrente ano. E noutro jornal, desta vez da capital paulista, Armando Ferrentini, numa sentida homenagem, chamava-o de D. Quixote. Conheci Marcus Pereira quando, ginasião ainda, foi meu aluno no velho “Saldanha da Gama”, malograda experiência de ensino secundário na cidade de São Paulo, pela qual me entusiasmei arrastado pelo idealismo sem-par do saudoso João Ernesto de Souza Campos. Na época, estavam aparecendo os primeiros professores diplomados pelas Faculdades de Filosofia (licenciados), contra os quais havia tremendo preconceito por parte das escolas tanto oficiais como particulares. Souza Campos idealizou um ginásio onde só lecionassem licenciados, com a preocupação de renovar de vez os métodos de ensino em nossa terra. Escusado dizer que demos com os burros n’água, para gáudio de nossos adversários.

Não me lembro se Marcus Pereira chegou a concluir o curso ginásial no “Saldanha da Gama”. Sei apenas que, uma vez diplomado, encaminhou-se para a Faculdade de Direito, mas creio que pouco exerceu a advocacia. Vim a encontrá-lo muitos anos depois como secretário da saudosa **Anhembi**, a revista de Paulo Duarte, na qual tive a honra de colaborar

por vários anos. Quando a revista desapareceu, também perdi contato com Marcus Pereira, embora dele tivesse notícias por seu pai, José Antero Pereira Júnior, que foi sempre meu amigo. O Antero, eu o conheci secretário da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo, mas depois que ele foi posto à disposição da Faculdade de Filosofia a fim de trabalhar com Plínio Ayrosa no Museu de Etnografia, nosso convívio se tornou maior. Sua vocação, na realidade, era a Arqueologia e a Pré-História, atividades para as quais o cargo burocrático e administrativo que exercia de nada servia. Companheiros do Instituto Histórico, tornamo-nos depois confrades na Academia Paulista de História, que pouco chegou a frequentar. Foi dos primeiros acadêmicos a falecer e sua cadeira (patrono: Teodoro Sampaio) veio a ser ocupada por Lycurgo de Castro Santos Filho, atual presidente da Academia.

Mas, voltando ao seu filho Marcus, que acaba de falecer com apenas meio século de existência; depois de realizar-se como publicitário, empreendeu sua mais vasta e louvável tarefa: fundou uma gravadora destinada a registrar para a posteridade o que houvesse de melhor e mais autêntico em matéria de música brasileira. Surgiu, assim, a “Marcus Pereira Discos”, que chegou a editar mais de uma centena de gravações, cobrindo praticamente o Brasil todo. Daí a expressão acertada do jornal gaúcho registrando o falecimento do “criador do mapa musical do Brasil”. A obra que empreendeu, e que muito longe poderia ir ainda não fora a trágica ocorrência que lhe tirou a vida, é do mais alto valor cultural, indispensável para o bom conhecimento da verdadeira cultura brasileira.

Por chocante coincidência, no mesmo jornal paulistano que noticiou seu falecimento, o musicólogo Carlos Gonzales entusiasticamente noticiava o lançamento de seu último disco... (20/3/1981.)

*

49. LIVRO QUE NÃO CHEGOU A APARECER

(A propósito de Hércules Florence)

Há cento e dois anos morria Hércules Florence, o genial franco-campineiro sobre o qual tanta gente tem escrito. Até o autor destas linhas. Considero um dos pontos mais altos de meu modesto currículo o ter sido convidado para falar no centenário de seu falecimento. Quando poderia imaginar, ao ler, garoto ainda, os seus relatos de viagem, que um dia, quase meio século depois, seria o escolhido para falar em soleníssima sessão com que a cidade de Campinas comemorou, entre significativas homenagens, o centenário da morte de seu grande filho adotivo ! Coisas do destino, como se costuma dizer.

Dias após a belíssima reunião na Academia Campinense de Letras, publiquei alguns artigos nesta mesma folha: o primeiro, para relatar como foi que tomei conhecimento da vida e da obra de Hércules Florence; os demais para fornecer aos eventuais interessados alguns elementos bibliográficos sobre os seus escritos. Posteriormente, reuni todos esses artigos num só, republicando-o em o nº 96 da **Notícia Bibliográfica e Histórica** revista campineira, cujo centésimo número, que vem de ser publicado, está merecendo manifestações que muito tem sensibilizado o seu diretor. Dada a penetração desta revista, o artigo sobre Hércules Florence provocou diversas cartas, não só relativas à sua oportunidade, como solicitando novos informes sobre o inventor da fotografia, e particularmente sobre seus escritos.

Não serei redundante a ponto de repetir aqui o que então foi escrito, pois, à moda do célebre procôndulo romano da Judéia, “quod scripsi, scripsi”. Mas, há um ponto em que me permito tocar de novo. Vinte anos depois de ter-se fixado em Campinas, entendeu Hércules Florence de reescrever o relato da Expedição Langsdorff. Os originais deste novo relato permaneceram inéditos até 1977, quando foram traduzidos por um seu descendente, Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence, e publicados pelo Museu de Arte “Assis Chateaubriand”, de São Paulo. Uma nota introdutória informa-nos do caráter do livro, bem como de numerosas pesquisas no Brasil e no exterior, em torno da famosa e ao mesmo tempo malograda expedição, da qual Hércules Florence foi dos poucos sobreviventes e, por sorte, o encarregado de redigir o diário da jornada. Tal como as edições anteriores, vem esta nova versão do texto florenciano enriquecida de numerosas estampas e, ainda, de fotografias atuais de pontos outrora desenhados pelo pintor, trabalho este realizado por Bórix Kossoy, incansável lutador pelo reconhecimento dos direitos de Hércules Florence à invenção da fotografia.

Esta edição do Museu de Arte de São Paulo é o “livro que nem chegou a aparecer”, a que se refere o título desta nota. Digo aparecer, no sentido de ser divulgado, posto à venda nas livrarias para que todos os interessados possam adquiri-lo, e não como ocorreu, ser apenas distribuído a uns poucos privilegiados, entre os quais felizmente me incluo, graças à gentileza de meu preclaro amigo Arnaldo Machado Florence, que viu em mim um “grande entusiasta” de seu ilustre antepassado. Ocorre, então, com a **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas** esta anomalia: se alguém quiser conhecê-la terá que se servir da versão do Visconde de Taunay, reconhecidamente incompleta, pois a versão definitiva, reescrita quase quarenta anos depois, continua sendo o “livro que não chegou a aparecer”. Que terá sido feito dele? Se ele for encontrável apenas no Museu de Arte de São Paulo e obtido apenas graças a empenhos especiais, terá preenchido bem pouco a finalidade com que foi editado. (27-3-1981.)

50. O SIGNIFICADO DA ABDICAÇÃO

Na última terça-feira, dia 7, transcorreu significativa efeméride da história brasileira: o sesquicentenário da abdicação de D. Pedro I. Os que têm qualquer conhecimento de nosso passado sabem que o ato de 7 de abril de 1831 foi como que o último ato de um processo que começou a desenrolar-se logo após a Independência e fez com que o Primeiro Reinado não chegasse a durar sequer um decênio. Historiadores há que vêm no ato de 7 de abril de 1831 a verdadeira Independência do Brasil. Sem chegar a tanto, é necessário, contudo, que se perceba que a abdicação de nosso primeiro Imperador faz inaugurar na história brasileira um dos seus períodos mais significativos, pois que profundamente individualizado, qual seja a Regência.

Tal como todas as regências, em todas as épocas da História e em todos os países, caracterizou-se a nossa por alguns atributos inerentes ao sistema: seu sentido de transitoriedade, de provisoriedade e, conseqüentemente de instabilidade. Mas foi, igualmente, um fértil período de lutas políticas, das quais resultaram os dois grandes partidos que vão garantir o equilíbrio político do Segundo Reinado, a partir de 1840. Assim, embora não tenha durado mais que nove anos (coincidentemente tanto quanto o Primeiro Reinado, que veio a substituir), representa a Regência legítimo período de transição em nossa evolução política, assinalado por avanços e recuos, reformas e contra-reformas, marchas e contramarchas, e ainda uma lamentável, mas inevitável instabilidade nas províncias levando muitas delas a lutas armadas por vezes bem violentas.

Não sei até que ponto têm razão os que consideram a Regência uma “experiência republicana”. Sem se importar com esta particularidade, é bom que se atente para a circunstância de haver a Regência, como todo o seu caráter de transitoriedade, de provisoriedade e instabilidade, vencido praticamente todas as crises que a afligiram, assegurando a unidade do Império, na qual tão pouco se acreditava. Se não conseguiu realizar todas as reformas que planejou, e o próprio Ato Adicional de 1834 prometeu muito mais do que efetivamente realizou, a culpa não deve ser imputada aos grandes homens que marcaram o período, um Feijó, um Evaristo da Veiga ou um Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Quando se comemorou, há cinquenta anos, o centenário da Abdicação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu importante Congresso de História, cujo temário foi centrado particularmente no Primeiro Reinado e na Regência, e sobre a qual Alfredo Valadão escreveu magnífica “Exposição de Motivos”, publicada alguns anos depois com o título de **Da Aclamação à Maioridade**. E os anais do referido Congresso, constantes de cinco alentados volumes, constituem um dos mais preciosos repositórios para o estudo de nossa História, notadamente do período

abrangido pelo Primeiro Reinado e Regência. Não sei se alguma comemoração foi programada pelo tradicional sodalício fluminense ou por qualquer outro congênera, para assinalar a efeméride alusiva ao sesquicentenário do feito de 1831. Agora que está em moda “rever” a História do Brasil, quanta coisa a merecer revisão não haverá naqueles tumultuados dias de há cento e cinquenta anos ? (10-4-1981.)

*

51. MEDITAÇÃO SOBRE A SAGRADA PAIXÃO DO REDENTOR

Foi com a expressão acima que o compositor inglês John Stainer (1840 – 1901) intitulou seu grande oratório **The Crucifixion**, escrito em 1887 e, desde então, considerado uma das grandes obras da música sacra universal. Dotada de excepcional beleza, revelando uma concepção inteiramente nova quando comparada com tantas outras obras inspiradas no grande e sugestivo tema, caiu no gosto do povo inglês, gozando de larga popularidade e indefectivelmente executado por ocasião da Semana Santa em quase todos os lugares onde se cultivava música ou nas próprias igrejas da Inglaterra. Concorre, no favor do público, com **O Messias**, de Handel, igualmente ali executado com enorme freqüência na ocasião do Natal. Assim, as duas datas magnas da Cristandade, que balizam a vida de Cristo – o Natal e a Semana Santa – são comemoradas entre o povo inglês com obras musicais grandiosas e realmente significativas.

Todavia, fora da Inglaterra o oratório de Stainer não logrou popularidade, sendo praticamente desconhecido no Brasil, a não ser de alguns discófilos que guardam ciosamente em suas estantes os dois discos gravados há quase trinta anos pela Nixa Records, de Londres, hoje raríssimos e que, tanto quanto saiba, continuam sendo a única gravação da obra. Discos antigos, obviamente sem os benefícios das modernas técnicas da ciência do som, permitem-nos, contudo (pois a interpretação é magnífica), apreciá-la em toda sua grandiosidade e beleza.

O seu coro mais famoso e mais belo, talvez o “clímax” do oratório, extraído do texto do Evangelho de João, 3:16 – “De tal maneira amou Deus o mundo que deu seu Filho unigênito, para que todo o que n’Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” – e que é de fato um dos mais belos coros sacros já escritos, tornou-se conhecido nos meios protestantes brasileiros, em cujas igrejas era cantado com relativa freqüência, pois se não me engano, figura nos próprios hinários evangélicos.

The Crucifixion – como se disse no início – destoa dos demais oratórios por não conter as partes descritivas que habitualmente caracterizam essa forma musical. A rigor, seria mais correto (tal como no caso de **O Messias**) considerá-lo uma grande cantata, tendo como tema

central a meditação em torno da Paixão de Cristo. Foi concebido para duas vozes solistas (tenor e baixo ou barítono) e coro, com acompanhamento não de orquestra, mas apenas de órgão. A intenção do autor — e que parece cumprida nas igrejas protestantes inglesas — era que as partes corais fossem cantadas por toda a congregação e não apenas pelo coro, o que dá à obra um caráter todo especial no conjunto da música sacra universal.

Recorde-se que John Stainer deixou dois outros oratórios (sobre Gedeão e sobre Maria Madalena) e uma cantata inspirada no episódio da filha de Jairo, tal como vem relatado no capítulo quinto do Evangelho de Marcos. Nenhuma dessas obras, contudo, alcançou a popularidade de **A Crucificação**, nem nunca vi qualquer referência que ajudasse a conhecer de seu mérito. São de sua autoria, ainda, dois tratados de harmonia e de órgão, um ensaio sobre a música na Bíblia e um dicionário de termos musicais. (17-4-1981.)

*

52. EM MEMÓRIA DE LUÍS MARTINS

De Luís Martins, o grande jornalista e escritor tragicamente falecido num desastre de automóvel na Sexta-Feira Santa do corrente ano, não posso dizer que tenha sido amigo, mas conhecido de encontros ocasionais, sem qualquer relacionamento mais chegado. Conheci-o há cerca de um quarto de século em casa de Sérgio Buarque de Holanda e, desde então, as ocasiões em que nos encontramos não foram muitas. Compareci a algumas de suas conferências, estivemos juntos em duas ou três reuniões culturais, avistei-o, mas sem com ele conversar, em algumas sessões solenes da Academia Paulista de Letras. A Academia Paulista de Jornalismo, na qual me honrava de o ter por confrade, poderia ter sido o elemento capaz de nos aproximar, mas infelizmente não me propiciou este prazer, pois Luís Martins pouco a freqüentou. Só uma vez ali estive com ele, e esta mesma foi dois ou três dias antes de seu falecimento. Mas fiquei-lhe devendo extrema gentileza: foi sua a proposta para que o voto de louvor pela publicação do centésimo número da **Notícia Bibliográfica**, proposto pelo confrade Trigueirinho, fosse saudado com uma salva de palmas.

Mas, mesmo sem esse conhecimento direto, senti muito a presença de Luís Martins em minha vida cultural. Sempre apreciei seus escritos, desde as crônicas ligerias que publicou na imprensa diária, até suas críticas literárias e seus ensaios sobre história e sobre arte. Não era leitor apenas do L.M., mas igualmente do Luís Martins, duas individualidades bem distintas, formando, contudo, um todo inseparável.

Meu primeiro contato com sua obra foi através de magnífico estudo sobre Almeida Júnior, publicado em 1940, no volume 65 da “Re-

vista do Arquivo Municipal”. Sabia-o crítico de arte de importante órgão da imprensa paulistana e autor de um ensaio sobre a pintura moderna no Brasil. Li, depois, **Fazenda**, primeira produção em livro de sua fase paulista. Sim, porque este carioca, que se neutralizou paulistano, teve duas faces bem distintas em sua obra. À fase carioca pertencem **Sinos, Lapa, A terra come tudo e Noturno da Lapa**, que, embora escrito já em São Paulo, revela-nos, em quadros autobiográficos, a verdadeira vida boêmia do Rio de Janeiro. Vindo para São Paulo em 1938, radicou-se na capital paulista, ligando seu nome a todas as atividades culturais da grande metrópole durante mais de quarenta anos. A esta fase paulista pertence sua maior produção, que compreende contos, crônicas, poesias, biografias, ensaios. Cronista e ensaísta por excelência, nestes gêneros se enquadra o maior número de seus livros: **Futebol de madrugada, Noturno do Sumaré, Suplemento Literário, o Patriarca e o Bacharel, Uma coisa e outra, Homens e Livros**, e ainda outros, que longe iria se a todos enumerasse. Com prefácio de Gilberto Freyre, seu **O Patriarca e o Bacharel**, vinculou seu nome também à historiografia social do Brasil, pois embora nele se defenda tese não de todo pacífica, constitui leitura obrigatória para o conhecimento da vida social brasileira do século passado.

São Paulo deve-lhe sua melhor antologia. Quando uma editora do Rio de Janeiro planejou a coleção **Brasil, Terra e Alma**, destinada a reunir textos significativos sobre todos os Estados do Brasil, mas da qual só três volumes foram publicados, ao escolher alguém para preparar o volume sobre a terra paulista, a escolha recaiu, com muita felicidade, em Luís Martins. Nesse belo volume está todo o paulistanismo deste carioca que nunca esqueceu sua terra e que, quis o destino, veio a morrer na Via Dutra, o traço-de-união entre as suas duas “pátrias”. (8-5-1981)